

REFLEXÕES SOBRE O PRESENTE E O FUTURO POLÍTICO DE CUBA NOS ALVORES DO SÉCULO XXI

UMA ABORDAGEM A PARTIR DA ILHA

Carlos Alzugaray Treto

Ao entrarmos no século XXI, Cuba encontra-se novamente numa encruzilhada transcendental. Depois de governar o país durante quase meio século, Fidel Castro, acometido por uma doença grave aos 79 anos, viu-se obrigado a delegar as suas funções de Chefe de Estado e de Governo no seu sucessor constitucional, o general Raúl Castro. O que inicialmente se pensou que seria um difícil e doloroso processo de convalescença de várias semanas converteu-se num longo intervalo pleno de incertezas, no qual o Presidente cubano luta pela sua vida. Entretanto, o país continuou no seu ritmo habitual sem que se verifiquem as anunciadas turbulências.

Iniciou-se assim o processo de evolução para novas formas de governar a sociedade cubana. Não se trata de uma «transição», como lhe chama vulgarmente a ciência política em voga. Esta noção é demasiado «pesada» e pressupõe uma «mudança de regime». Do que se trata é que Fidel Castro governou Cuba de uma forma irrepetível por razões óbvias. A liderança cubana insiste em reclamar que não se mude nada. Esta é uma reacção logicamente explicável pela necessidade de enfatizar a continuidade do projecto iniciado a 1 de Janeiro de 1959, como reacção às tentativas de o reverter a partir do exterior, precisamente pela superpotência que mais interferiu nos assuntos internos cubanos, os Estados Unidos. No entanto, é evidente que terão de ser introduzidas mudanças na forma de fazer política, na forma de governar.

Estas mudanças devem ser produzidas da forma que sempre se fez em Cuba, rompendo esquemas, seguindo o caminho menos utilizado, conforme o conhecido poema de Ezra Pound. Este ensaio tentará averiguar qual será o provável futuro da nação cubana nas novíssimas circunstâncias, tomando como ponto de partida o país real. Fora de Cuba fazem-se numerosas reflexões e conjecturas partindo de processos já conhecidos, historicamente recentes, que aparentam ser similares. Provavelmente, os cubanos darão de novo as suas próprias soluções aos desafios existentes, tomando em conta muitos factores, mas imprimindo no seu destino a sua própria marca.

SINGULARIDADES DA HISTÓRIA DE CUBA

A história de Cuba está marcada pela singularidade e pelo desafio ao que se tem subentendido como o convencional. Bastam alguns exemplos. Quando a maior parte dos sectores dominantes nas colónias espanholas abraçaram o caminho da independência, no início do século XIX, os seus pares cubanos não os seguiram. No século seguinte, Cuba foi prematuramente absorvida pelos Estados Unidos e convertida numa neocolónia, muito mais do que a maioria dos seus vizinhos, à excepção de Porto Rico. Em resultado, o emergente sistema político diferiu consideravelmente dos implantados no resto da região. A dicotomia liberal/conservador, tão comum no século XIX e alvares do XX na América Latina e Caraíbas, teve escasso eco na cultura política cubana. Cuba foi o primeiro país do continente a adoptar o socialismo como estrutura económico-social na década de 60 da passada centúria. Quando este sistema fracassou na Europa e a União Soviética desapareceu, a maior parte dos especialistas apostaram no fim da experiência cubana. Para surpresa de muitos, o modelo cubano sobreviveu.

A Revolução Cubana, geradora do regime político que actualmente preside aos destinos da ilha, foi um processo simultaneamente necessário e original. O seu triunfo em 1959 foi o resultado de circunstâncias específicas e não de imposições estrangeiras, como aconteceu com o socialismo na Europa Oriental. O povo cubano e os seus sectores políticos e sociais de vanguarda reivindicavam, há já algum tempo, uma nação verdadeiramente livre e soberana, depois de quatrocentos anos de opressão espanhola e sessenta anos de domínio dos Estados Unidos. O resgate da autodeterminação nacional foi assim um dos motores do processo de mudanças radicais iniciadas em 1959. Outra exigência vital da sociedade cubana de meados do século passado era a de justiça social. Pretendia-se um país «com todos e para o bem de todos», como havia defendido José Martí, o mais insigne e influente pensador político cubano. A nação estava doente, sofria de desigualdades e iniquidades insuportáveis que a oligarquia dominante ignorava olímpicamente.

O sistema político criado na sombra da hegemonia dos Estados Unidos havia demonstrado não só a sua total inoperância, mas também uma tendência preponderante para a venalidade e para a corrupção. Três ditaduras, a de Gerardo Machado entre 1925 e 1933, a de Fulgêncio Batista (na sombra) entre 1933 e 1940 e novamente Batista (mas já abertamente) entre 1952 e 1959, haviam demonstrado a incapacidade da classe política cubana pré-revolucionária de gerar um capitalismo democrático sustentável. Ainda para mais, a desonestidade e a imoralidade políticas eram maioritariamente consubstanciais à administração pública. Os escassos Governos saídos de eleições, que poucas vezes foram livres e transparentes, caracterizaram-se pelo roubo e pelo peculato do erário público a tal ponto que, em 1952, o Partido do Povo Cubano, o favorito das maiorias populares para ganhar as eleições frustradas pelo golpe de Estado de Batista de 10 de Março de 1952, tinha como símbolo uma vassoura e como mote «Vergonha

em vez de dinheiro». Por isso, uma das reivindicações insatisfeitas da sociedade cubana era a de um «bom governo», a de uma administração responsável, eficaz e honrada. Finalmente, e sobretudo entre as camadas médias e profissionais, percebia-se a necessidade de transformar a economia nacional. Embora as frias estatísticas reflectissem um nível económico alto comparado com o resto da América Latina e Caraíbas, três factores revelavam-se preocupantes. Cuba era um país monoprodutor e monoexportador, cuja riqueza dependia quase exclusivamente de uma mercadoria, o açúcar, e de um mercado, o norte-americano. Martí tinha alertado contra uma situação semelhante, argumentando que «o povo que compra manda». Os terríveis desníveis de rendimento e de bem-estar tornavam insignificante qualquer satisfação com o crescimento do PIB, além de que os íntimos laços com o vizinho do Norte faziam com que o cubano não se comparasse com o resto da região; o seu ponto de referência era a idealizada imagem do norte-americano médio, chegada à ilha por meio de uma permanente presença cultural e ideológica dos modelos de consumo dos Estados Unidos. E, para concluir, a vulnerabilidade de uma economia subdesenvolvida era motivo de preocupação constante, devido à dependência das oscilações do mercado mundial.

O extraordinário êxito político de Fidel Castro, nestes quarenta e sete anos, foi precisamente a sua capacidade de conduzir a nação cubana ao cumprimento destas quatro reivindicações ancestrais e históricas: soberania e independência, justiça social, bom governo e viabilidade económica. É certo que nem todas estas reivindicações foram alcançadas na forma e magnitude ideais, mas não há dúvida de que a situação de Cuba é hoje radicalmente diferente da que existia em 1958 e que essa transformação se produziu na direcção desejada pelo povo e pelas suas vanguardas políticas.

Para ilustrar este ponto talvez valha a pena citar *in extenso* o cubano-americano Jorge Domínguez, professor da Universidade de Harvard, que escreveu na página *web* da revista *Foreign Affairs en Español* (Outubro-Dezembro de 2006), os dois parágrafos seguintes:

«Honrar honra: frase nobre de José Martí que entrou no vocabulário cultural cubano há mais de um século. Honremos, pois, Fidel Castro enquanto observamos o ocaso da sua vida, não só os que o apoiaram, mas também quem, como eu, não o fez. Foi ele o transformador de um povo numa nação; quem modernizou decisivamente esta sociedade; quem melhor entendeu que os cubanos queriam “ser gente”, não só apêndices dos Estados Unidos. Foi ele que compreendeu que este povo hipocondríaco precisava de mais médicos e enfermeiros por centímetro quadrado do que qualquer outro à face da terra. Foi ele o arquitecto de uma política de investimento em capital humano, que converte as crianças cubanas em campeões olímpicos da educação latino-americana e que, por isso, permite vislumbrar um melhor futuro para Cuba. Foi ele o desenhador de uma política que permite aos cubanos de todas as características raciais ter acesso à saúde pública, à educação, à dignidade inerente a todo o ser humano, ao direito a pensar que eu, os meus filhos, e meus netos, qualquer que seja a cor da pele, merecemos o respeito

e as mesmas oportunidades que os demais. Não foi ele que inventou que as mulheres tinham direitos igualitários na sociedade, mas sim um promotor da igualdade de género no desempenho da cidadania.

Foi ele o responsável por um gesto que a humanidade agradece: pôr em risco o sangue dos seus soldados pela causa nobre de contribuir vigorosamente para impedir que o regime racista do *apartheid* sul-africano se estendesse a Angola. É ele, igualmente, que merece o reconhecimento por contribuir para o fim do *apartheid* na África do Sul, para a independência da Namíbia, e por defender a independência de Angola. No dia em que Fidel morra, as bandeiras desses países africanos deverão reflectir luto nacional.»

As probabilidades de que tanto o povo como a liderança cubana abandonem e renunciem voluntariamente às conquistas destes quarenta e sete anos são altamente improváveis. Não obstante, os sucessores de Fidel Castro enfrentam sérios desafios para conseguir a reprodução do sistema sem a sua presença essencial.

DESAFIOS AO REGIME

Entre os pontos fortes do regime político cubano na sua estrutura actual está, em primeiro lugar, o seu elevado grau de legitimidade interna e externa. A externa advém do conhecido activismo cubano na arena internacional e da sua ampla rede de relações internacionais que permitiu ao país encabeçar, por duas vezes, o Movimento dos Países Não-Alinhados e tecer uma cadeia de êxitos na Assembleia Geral das Nações Unidas em torno de uma resolução que condena e reclama o fim do bloqueio dos Estados Unidos a Cuba. A interna resulta de uma trama institucional que assenta em dois pilares essenciais: o Partido Comunista de Cuba e as Forças Armadas Revolucionárias. Um erro muito comum no estrangeiro, sobretudo entre cientistas políticos e analistas, é o de se supor que o PCC é uma reprodução das experiências similares nos países socialistas da Europa Oriental. Na realidade, a liderança do partido cubano preocupou-se com dois aspectos: o carácter de vanguarda política dos seus militantes que devem ser e foram os primeiros em qualquer iniciativa político-social e a luta contra qualquer fenómeno de corrupção nas suas fileiras. A honestidade, a simplicidade e o sacrifício advogados pelo pensamento de Che Guevara têm sido os paradigmas de comportamento do comunista cubano e não os privilégios e benesses de uma *nomenclatura*, como sucedeu na URSS e na Europa Oriental durante os anos do socialismo real. É também significativa a influência dos líderes provinciais do Partido, que constituem o mais importante sector de Governo a nível local e regional.

Não obstante, e este é um desafio significativo, ainda se está longe de alcançar uma cultura verdadeiramente democrática. Na ausência do poder de convocatória e de gerar consensos de Fidel Castro, crescerá a necessidade de uma mentalidade de respeito pelo debate que implique um fortalecimento da participação colectiva. Foram precisamente nesse sentido as palavras de Raúl Castro no encerramento do Congresso da

Federação Estudantil Universitária, quando insistiu na ideia de que o máximo dirigente cubano não poderia ser substituído por ninguém individualmente, apenas pelo Partido no seu conjunto. Anteriormente, numa intervenção perante o Congresso da Central de Trabalhadores de Cuba, insistiu em que se deveria escutar as pessoas, «ainda que não nos agrade o que é dito». Uma reivindicação democrática de particular relevância é a de celebrar o 7.º Congresso do Partido o mais cedo possível, pois o último teve lugar há mais de dez anos.

Por seu lado, as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e a sua importante instituição irmã, o Ministério do Interior, constituem a mais eficaz e prestigiada das instituições criadas pela liderança histórica do país. A sua origem popular, a sua constante vinculação aos problemas da população, a sua contribuição histórica para a defesa do país e a libertação de outros povos, e o seu pragmatismo económico, demonstrado pela introdução do «aperfeiçoamento empresarial» nas suas indústrias, fazem-na gozar de uma confiança significativa em amplos sectores da sociedade. As altas patentes militares acumulam uma tradição de heroísmo, pragmatismo, solvência e profissionalismo pouco usuais na América Latina e Caraíbas.

A coesão destas duas instituições será mediada pelas tendências prevalecentes em outras importantes chefias na sociedade cubana. Por um lado, está o significativo sector empresarial, saído em parte dos altos oficiais das FAR, mas também de uma jovem geração de economistas e administradores. É presumível supor que haverá, neste sector, uma vontade de manter o consenso, mas verifica-se nele porém um desejo de flexibilização da política económica, presente também entre os altos responsáveis militares, ainda que por razões diferentes. Entre aqueles, por um problema de capacidade administrativa; entre estes, para além disso, pela necessidade de manter a estabilidade social. Não se trata de estabelecer uma economia de mercado, mas de adoptar iniciativas que dêem mais autonomia às administrações, como se enuncia no aperfeiçoamento empresarial iniciado no sector industrial militar. E também de abrir maiores espaços para a iniciativa individual, já iniciados durante as reformas que tiraram o país do «período especial» de meados da década de 1990.

Tradicionalmente, a juventude, particularmente a estudantil, teve um papel protagonista na política cubana. Quase todos os altos dirigentes do país, sobretudo depois de 1933, passaram pelas suas fileiras e tiveram a sua primeira escola de participação pública na Federação Estudantil Universitária. Esta organização, juntamente com a União de Jovens Comunistas, constituiu nos últimos anos uma das bases dos principais programas sociais promovidos por Fidel Castro. O seu papel no período de transformação, que afectará inevitavelmente a sociedade cubana, será subordinado à política que as outras lideranças articularão.

As organizações que representam a classe operária e o campesinato terão de procurar novas posições na estrutura. É de prever que sob Raúl Castro lhes seja dado um maior protagonismo, precisamente pela necessidade de articular um novo consenso nacional.

Finalmente, a intelectualidade cubana, recentemente emocionada com a recordação do «quinqüênio cinzento», a etapa em que se copiou a política cultural da URSS e dos países socialistas na primeira metade da década de 1970, procurará obter maiores níveis de autonomia e liberdade, ao mesmo tempo que defenderá o seu papel na sociedade cubana.

O desafio interno mais importante que a liderança inicialmente encabeçada por Raúl Castro enfrentará será o de dar uma resposta à crescente reivindicação de que o salário e os rendimentos legais de todos os cubanos tenham o valor necessário para satisfazer as suas principais necessidades. Como resultado da crise da década de 1990 e das políticas económicas adoptadas foram quebrados dois equilíbrios significativos prevacentes até 1989. Um deles era o equilíbrio entre os rendimentos da população e os preços das mercadorias de primeira necessidade, em alguns casos racionadas através do «livrete de abastecimentos» (o equivalente cubano dos cupões que muitos países europeus conheceram quando terminou a II Guerra Mundial) e em outros subsidiados pelo Orçamento de Estado. O desaparecimento das relações mutuamente vantajosas com a União Soviética e o campo socialista acabou com este esquema.

O outro equilíbrio desarticulado durante o «período especial» foi o que existia entre os diferentes sectores da população. Embora Cuba tenha abandonado as suas políticas igualitárias entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, persistiu uma tendência salutar para não permitir desigualdades excessivas. Devido às reformas introduzidas a partir de 1993-1994, este equilíbrio deixou de existir e produziram-se iniquidades que se tornam mais intoleráveis por causa do anterior desequilíbrio entre o salário e o seu poder aquisitivo. Tanto Raúl Castro como Carlos Lage e Felipe Pérez Roque, vistos precisamente pelas lideranças jovens como os mais estreitos colaboradores de Fidel Castro, falaram em mais de uma ocasião nos últimos seis meses acerca da solução para este problema.

A maior parte dos cubanos aspira a manter os actuais níveis de segurança social mas gostaria de ver aplicada a fórmula de Marx: «De cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo o seu trabalho». Este preceito não se cumpre hoje. Embora

seja muito difícil diagnosticar qual é o consenso nacional em torno deste tema, poder-se-á afirmar que mantendo uma economia essencialmente socialista, os habitantes da ilha, hoje, gostariam de ver maiores possibilidades de prosperidade, mesmo se à custa de sectores menores passarem para a iniciativa privada.

A MAIOR PARTE DOS CUBANOS ASPIRA A MANTER OS ACTUAIS NÍVEIS DE SEGURANÇA SOCIAL MAS GOSTARIA DE VER APLICADA A FÓRMULA DE MARX: «DE CADA UM SEGUNDO AS SUAS CAPACIDADES E A CADA UM SEGUNDO O SEU TRABALHO».

A situação descrita tem levado muitos cubanos a complementar os seus rendimentos salariais com actividades de diferentes graus de ilegalidade no chamado «sector informal» da economia. É esta e não outra a causa profunda da crescente corrupção em

níveis inferiores e médios de empresas e serviços. Até agora, a liderança cubana tem compreendido, acertadamente, que este fenómeno é o mais prejudicial para a sustentabilidade do projecto cubano, como reconheceu o próprio Fidel Castro a 17 de Novembro de 2005. No entanto, apesar de alguns aumentos salariais e outras medidas, há a impressão de que as respostas governamentais são insuficientes. As consequências ideológicas da persistência deste fenómeno e a sua expansão são a maior debilidade do sistema.

Esta debilidade agudiza-se com vários factores recentes. Em primeiro lugar, já pelo segundo ano consecutivo se anunciou uma taxa de crescimento do PIB superior a dez por cento, o que cria maiores expectativas, ainda sem satisfazer, no que diz respeito à prosperidade pessoal de cada cidadão. Em segundo lugar, a política externa arvorada pelo próprio Fidel Castro caracteriza-se por uma incessante e crescente actividade cubana em matéria de cooperação Sul-Sul, sobretudo no sector da saúde, com repercussões em vários planos porque, por exemplo, em matéria de saúde existe a percepção de que se sacrifica a atenção nacional em nome da solidariedade internacional. Em terceiro lugar, os principais aliados estratégicos de Cuba nesta etapa – China, Venezuela e Vietname – seguem, por vias e em condições distintas, políticas económicas que deixam mais margem à iniciativa individual para alcançar o bem-estar pessoal.

UM LÍDER NECESSARIAMENTE TRANSITÓRIO

O que aconteceu nos seis meses que medeiam entre a doença e a convalescência de Fidel Castro demonstra que se estão a produzir mudanças modestas mas firmes na forma de fazer política e na procura de soluções para os desafios mencionados. Não se trata apenas de que Raúl Castro prefira enfatizar a liderança colectiva e evite o alto nível de protagonismo público e discursivo de Fidel Castro. Já no Congresso da Federação Estudantil Universitária enfatizou dois temas importantes, ilustrando-os com anedotas pessoais. Por um lado, fez eco do conhecido ditado de que «o que imita fracassa», recordando que quando adolescente tentara montar um cavalo «em pêlo», sem sela, como havia feito um amigo mais velho e mais forte do que ele e que o animal o havia «tombado».

Por outro, recordou algo que já havia dito em ocasiões anteriores: nem sempre estive de acordo com o seu irmão. E ilustrou essa afirmação com a anedota sobre a reacção dos dois ao saberem que a casa de seus pais ardera quando ambos estavam na prisão em 1954: Fidel não deu importância ao sucedido, enquanto o irmão ficou preocupado. Esta anedota fez muitos recordarem que, em pleno «período especial», o vice-presidente convenceu o Presidente de que havia uma fórmula para resolver o problema da deficiente alimentação dos cubanos: mediante o restabelecimento dos mercados agropecuários, desta vez regulados e não liberalizados, onde os camponeses poderiam vender os seus produtos excedentes. Estes mercados foram estabelecidos pela primeira vez na década de 1980, sendo suprimidos em 1986 quando Fidel Castro lançou a sua

campanha de «rectificação de erros e tendências negativas». Raúl Castro é assim visto como sendo mais pragmático que o seu irmão mais velho.

O outro feito político de importância que marcou este curto período foi a forma como Raúl Castro se comportou durante o período de sessões da Assembleia Nacional do Poder Popular, em Dezembro de 2006. Em conformidade com a sua anterior actuação, fomentou o debate sobre temas concretos e em particular sobre a necessidade de pagar aos camponeses os produtos entregues ao Estado, tema em relação ao qual existe um grave atraso. Insistindo em que não aceitaria «justificações», exigiu que os responsáveis explicassem o que se havia passado. Revelou também que tinha ele mesmo incitado a que o assunto fosse investigado por jornalistas do jornal da Juventude Comunista. Não se pode deixar de referir que nesta Assembleia se chegou a um acordo no sentido de que o costume de designar cada ano com um nome, que prevalece desde o triunfo da Revolução, fosse modificado, decidindo-se que deixariam de ter nomes de código e designar-se-iam normalmente pelo número correspondente. Assim, 2007 chamar-se-á Ano 49 da Revolução e assim sucessivamente. No passado, a designação do ano foi praticamente uma decisão pessoal de Fidel Castro em que prevaleceu o seu critério sobre as prioridades do momento. Em 2006, por exemplo, privilegiou-se o de Ano da Revolução Energética em Cuba em detrimento de outras propostas, entre elas a de Ano do 50.º Aniversário das FAR, em memória do desembarque de Fidel, Raúl e seus companheiros em território cubano, procedentes do México, para desencadear a Guerra de Libertação em Dezembro de 1956.

O êxito da sucessão, até agora provisória, foi possível, apesar de todos os esforços que os Estados Unidos explicitamente fizeram para a impedir, graças a uma série de factores. O primeiro e mais importante é, sem dúvida, o nível de apoio e consenso que

existe em Cuba em torno de Fidel Castro e dos objectivos estratégicos da Revolução por ele encabeçada. O segundo é a esmerada preparação que o próprio Presidente e os seus principais colaboradores desenvolveram para o conseguir. Isto deveria afastar qualquer dúvida acerca da sustentabilidade da Revolução Cubana, para além de Fidel Castro e seus companheiros, «os líderes históricos» como são conhecidos na ilha.

Mas há outro factor que convém referir. A forma como esta transferência de poderes se produziu, na qual Raúl Castro imprimiu o seu próprio estilo e as suas próprias prioridades, mesmo estando Fidel Castro ainda vivo, indicam que entre ambos existe uma total identidade dentro da diversidade. Pode-se conjecturar que há um reconhecimento e aceitação mútuos dos respectivos papéis a desempenhar. Enquanto o primeiro foi o visionário que fundou e traçou as linhas gerais de desenvolvimento de uma Cuba independente e soberana, o segundo foi o guardião que cumpriu fielmente o seu papel de

O ÊXITO DA SUCESSÃO, ATÉ AGORA PROVISÓRIA, FOI POSSÍVEL, APESAR DE TODOS OS ESFORÇOS QUE OS ESTADOS UNIDOS EXPLICITAMENTE FIZERAM PARA A IMPEDIR, GRAÇAS A UMA SÉRIE DE FACTORES.

«protector da retaguarda», como ele mesmo disse uma vez. Ao saber retirar-se no momento certo e deixar que o seu sucessor tome as medidas que decidiu tomar segundo a sua própria vontade, estilo e orientações, Fidel Castro garantiu duas coisas: a continuidade do projecto nas novas condições e o êxito do seu sucessor em ser aquilo que deve ser – a figura transitória que facilitará a transformação da forma de fazer política e de governar em Cuba.

Neste sentido, ao contrário do que se poderia supor e do que aconteceu noutras experiências históricas similares (incapacidade e morte do fundador de um projecto social como o cubano – recorde-se Lenine), não existiu nenhum sintoma de tensão ou contradição. A equipa governante que rodeou Fidel Castro na sua última etapa está intacta, assumindo as transformações políticas que o novo Presidente quis implantar.

EUA ESPREITAM OPORTUNIDADE

Estas reflexões não ficariam completas sem incorporar algumas sobre a conjuntura internacional em que se desenrolam estes acontecimentos e as implicações que estes têm para os actores externos interessados na problemática cubana. Primeiro que tudo, deve referir-se o que isto significa para os Estados Unidos. Desde o triunfo da Revolução Cubana, Washington tem tido um objectivo único e fundamental: derrubar o Governo de Fidel Castro e reverter o processo socialista. Se houve algum canto do mundo no qual as diferentes administrações norte-americanas seguiram continuamente uma política de «mudança de regime», foi em Cuba. Nos últimos anos, em consonância com a orientação francamente agressiva e unilateralista que o Presidente Bush tem dado à sua política externa e face à crescente probabilidade de que o calendário lhe ofereça a ansiada oportunidade de ver uma Cuba na qual Fidel Castro não seja Presidente, os decisores políticos dos Estados Unidos deram-se ao trabalho de preparar a chamada «transição» com o propósito explícito de «impedir a sucessão do regime», convencidos de que o regime cubano entraria em colapso. Para tal redigiram-se dois volumosos documentos intitulados «Relatório da Comissão para Assistência a Uma Cuba Livre», em Maio de 2004 e em Junho de 2006, designou-se um Coordenador para a Transição em Cuba e intensificaram-se as medidas de bloqueio económico à ilha.

O que aconteceu em Cuba nos últimos seis meses é muito mais que um fracasso para os Estados Unidos (pouco importa que se argumente com o carácter discursivo das suas manifestações). Do que se trata é que no momento em que a sociedade cubana inicia o caminho para uma etapa posterior a Fidel Castro, Washington está órfã de ideias, informação e influência. Assim o reconheceram especialistas e porta-vozes do Governo. Para grande decepção dos mais aguerridos sectores irredentistas da comunidade cubano-americana em Miami, New Jersey e outras cidades norte-americanas, a mensagem pura e dura da Casa Branca é «não há nada a fazer, fiquem quietos, serão os cubanos em Cuba a decidir o seu futuro», abdicando assim de um desejado activismo no tema, segundo reza nos dois relatórios mencionados.

No entanto, e paradoxalmente, Washington respondeu com uma diatribe propagandística e esquemática nas duas ocasiões em que o Presidente em funções, Raúl Castro, reiterou uma vez mais a vontade do Governo cubano em negociar com os Estados Unidos sem condições prévias, salvo a do natural respeito pela soberania e a independência de Cuba.

É certo que diferentes instituições norte-americanas continuam a elaborar novas e mais abrangentes medidas para ressuscitar a sua frustrada política de duas vias: sanções económicas unilaterais ilegais, e tentativas de subversão política que parecem querer reproduzir o acontecido na Europa de Leste. No entanto, Cuba resistiu e superou quarenta e cinco anos de bloqueio económico, comercial e financeiro e de propaganda e financiamento de grupos de chamados «activistas» e «dissidentes». Não há nada que indique que o bloqueio alcançará o seu objectivo, agora que o país foi capaz de enfrentar os mais difíceis anos da crise posterior ao derrube do socialismo na URSS e conseguiu articular uma estratégia económica internacional que tem como objectivos centrais diversificar os seus mercados e fontes de rendimentos e aproveitar os nichos que lhe oferecem certos países nos quais pode colocar produtos não-tradicionais, como o níquel ou serviços altamente apreciados. Por outro lado, como antes, está condenado ao fracasso qualquer grupo opositor interno que pretenda regressar ao passado e que seja entendido como testa-de-ferro dos Estados Unidos e do sector mais reaccionário da emigração no vizinho do Norte. Os próprios dirigentes norte-americanos reconheceram a debilidade e a fragmentação destes grupos, que estão muito distantes do activismo e influência que tiveram entidades similares na Europa de Leste.

A eventualidade de os Estados Unidos terem alguma possibilidade de influir nos assuntos cubanos é nula, a não ser que aceitem de boa vontade negociar, e tendo em vista o benefício mútuo, com qualquer governo cubano, presente e futuro. Nenhum actor político cubano, qualquer que seja o seu posicionamento político relativamente ao futuro de Cuba, pode aceitar os termos que Washington quer impor, ratificados na Lei Helms-Burton, já que isso significaria aceitar uma nova subordinação neocolonial e traria como consequência o imediato repúdio do povo cubano. Se a este ou a qualquer Governo dos Estados Unidos interessasse ter uma relação salutar com Havana, na qual seria do interesse nacional norte-americano ter um vizinho estável e próspero, abandonar-se-ia a actual política, ainda para mais fracassada, de tentar uma «mudança de regime» antes de normalizar as relações.

Tem-se argumentado que a posição dos Estados Unidos contra Cuba decorre de cálculos políticos domésticos, que se trata de agradar ao chamado «lobby cubano» muito poderoso num estado indeciso (*swing*), com um número substancial de votos eleitorais. Este raciocínio ignora vários factos. A política de «mudança de regime» foi elaborada nos inícios de 1959 e consolidada na década de 1960, muito antes de os cubanos alcançarem o protagonismo político da década de 1980, devido em grande medida aos favores da Administração Reagan. Na década de 1970, Washington ignorou o pode-

roso lobby favorável ao Governo nacionalista chinês instalado em Taiwan e normalizou as suas relações com a República Popular da China, algo considerado improvável, senão mesmo impossível, na década de 1960. As mudanças produzidas na comunidade cubana nos Estados Unidos, evidenciadas em várias sondagens, demonstram que o apoio à actual política está longe de ser unânime e que a maioria dos emigrados pertence a grupos sociais e etários que não têm os desejos de vingança e irredentistas dos primeiros emigrantes que, cada vez mais minoritários, têm de facto uma forte influência especialmente na actual Administração.

Provavelmente, o sector mais recalcitrante dos cubano-americanos não voltará a ter no futuro outra oportunidade semelhante à actual de influir de maneira tão eficiente na política do Executivo ou do Congresso. Não só se alterou o perfil da comunidade no seu conjunto, como também, por razões ideológicas e de compadrio político, foi a aliança entre os neoconservadores e a família Bush, com velhos vínculos na Florida, a mais favorável a este sector. Os neoconservadores e Bush estão em retirada e com eles esta «relação especial». É provável que qualquer administração futura continue a utilizar o alibi da influência «cubano-americana» para justificar a manutenção de uma política fracassada. No entanto, é igualmente provável que um executivo interessado em normalizar as relações por causa de benefícios na área económica (por exemplo, no caso da confirmação da existência de reservas petrolíferas na zona exclusiva de Cuba e no golfo do México) tome a decisão de normalizar as relações e considere que os custos políticos serão ínfimos. Tudo somado, os 800 mil ou 900 mil cubanos que vivem no Sul da Florida têm já aquilo que desejam: um enclave próprio com leis norte-americanas.

Neste ponto talvez seja bom recordar aos leitores europeus (e também aos americanos) o que foi recentemente assinalado por Fred Halliday, o conhecido especialista britânico em relações internacionais, acerca das diásporas, num artigo para o portal electrónico *Open Democracy* de 8 de Janeiro de 2007. Segundo o professor da LSE, entre as doze piores ideias prevaletentes no discurso contemporâneo sobre relações internacionais está a de que «as diásporas têm um papel legítimo a desempenhar na política nacional e internacional». E argumentou:

«A noção de que as comunidades de emigrantes ou da diáspora têm uma visão especial acerca dos problemas da sua pátria, ou um status moral ou político especial com respeito a ela, é totalmente infundada. As comunidades étnicas de emigrados têm quase sempre um papel negativo, retardatário, simultaneamente histérico e obstrutivo, na resolução dos conflitos dos seus países de origem: arménios e turcos, judeus e árabes, várias facções de irlandeses, são exemplos primários na frente interétnica, como o são nos Estados Unidos no que diz respeito aos problemas de Cuba, ou na formulação de políticas relativas ao Irão.»

TUDO SOMADO, OS 800 MIL OU 900 MIL CUBANOS QUE VIVEM NO SUL DA FLORIDA, TÊM JÁ AQUILO QUE DESEJAM: UM ENCLAVE PRÓPRIO COM LEIS NORTE-AMERICANAS.

AS PERCEPÇÕES DISTORCIDAS DA UE

A União Europeia encontra-se actualmente num processo de revisão da sua posição comum sobre Cuba. Esta revisão é um reconhecimento tácito do seu fracasso. Há já vários anos que Bruxelas vem perdendo influência em Havana. Isto deve-se, segundo o critério do autor, a duas percepções falsas. A primeira é a de que a ilha atravessa um processo muito similar ao que sucedeu em Espanha e Portugal na década de 1970, ou na Europa Oriental em finais da década de 1980, visão que se viu reforçada pelo activismo político dos grupos dominantes nos países da Europa Oriental recentemente admitidos, em particular a República Checa, que estão também empenhados no seu repúdio ao Governo cubano por causa da sua aliança com os Governos outrora membros do CAME e pela sua vontade de servir os interesses de Washington. A segunda tem a ver com essa falsa ideia sobre a diáspora cubana que, sem chegar ao extremo dos Estados Unidos, se converteu num lugar comum em certos países nórdicos, em Espanha e na Europa de Leste. Seria conveniente que tomassem nota da apreciação do Professor Halliday. Esta política também tem muito a ver com a crescente concessão de espaços de manobra à política de Washington.

Numa recente publicação intitulada *Diálogos Cuba-Europa (Boletim Trimestral sobre las Relaciones entre Cubanos y Europeos)*, n.º 2-3 de Setembro de 2006, sugere-se o desenvolvimento de uma política de «mudança de regime» muito similar à norte-americana. Esta proposta, sugerida pela organização «People in Need» da República Checa, vai no sentido de contribuir para uma chamada Estratégia a Médio Prazo da União Europeia relativamente a Cuba. Ignorando que a Revolução Cubana é um processo social original e justo que propiciou o acesso da nação cubana à sua verdadeira independência e soberania, propõem-se iniciativas muito similares às aplicadas na Europa Oriental. Para tal publica-se, numa péssima tradução para espanhol, um artigo intitulado «Os Filhos da Revolução: O Momento na Europa Oriental», de Padraig Kenney. Também se faz uma proposta ao chamado *policy paper* que a UE poderia aprovar sob a presidência

alemã ou portuguesa no decurso de 2007.

A mesma é praticamente similar à fracassada estratégia contida nos dois relatórios norte-americanos acima mencionados.

Mas a «pérola» deste panfleto pertence ao eurodeputado português José Ribeiro e

IGNORANDO QUE A REVOLUÇÃO CUBANA
É UM PROCESSO SOCIAL ORIGINAL,
PROPÕEM-SE INICIATIVAS MUITO SIMILARES
ÀS APLICADAS NA EUROPA ORIENTAL.

Castro, que, no seu texto «Também é nosso problema», afirma rotundamente sem se alterar: «Ao contrário de nós, os cubanos não são ainda cidadãos do mundo. São prisioneiros na sua própria ilha. Este não é apenas um problema dos cubanos dentro do seu país, devemos vê-lo como um problema nosso também, um problema que cada um de nós tem que ajudar a resolver.» Duas afirmações falsas. Dizer que os cubanos não são ainda cidadãos do mundo é uma asseveração que ignora, por exemplo, as dezenas de milhares de cubanos que foram aos mais recônditos lugares do planeta a

levar não a guerra, mas o dom da educação e da saúde. Por outro lado, supor que há que «resolver» um problema em Cuba sem que tal lhes tenha sido pedido é adoptar uma atitude insuportavelmente paternalista, muito distante da de mais de um milhão de europeus que anualmente viajam para Cuba como turistas. Ambas as afirmações, para além de falsas, são insultuosas para o cubano comum de hoje em dia.

No momento em que a União Europeia reflecte sobre a política a seguir relativamente a Cuba convinha sublinhar a necessidade de promover um diálogo político respeitoso sem interferências e não se deixar levar por aqueles que, tendo renunciado a edificar uma nova sociedade mais justa, não perdoam ao povo cubano persistir na sua utopia. As recentes medidas europeias e a possibilidade de que seja adoptada uma estratégia de «mudança de regime» similar à de Washington afastariam ainda mais a UE de Cuba e confirmariam a percepção de que a mesma abandonou qualquer intenção de ter uma posição própria, apesar do voto unânime dos seus países-membros contra o bloqueio norte-americano a Cuba na Assembleia Geral da ONU. A tornar-se realidade a intenção dos países da Europa Oriental de endurecer o comportamento da União e dos seus representantes diplomáticos em Havana, todos os estados-membros seriam afectados e a sua posição na capital cubana tornar-se-ia insustentável.

A Cuba de hoje é um país com problemas mas com um elevado grau de coesão e consenso interno. É, além disso, uma nação que se integra numa nova corrente latino-americana e caribenha que abandonou a pretensão irrealista de que seja o mercado a reger os destinos da sociedade. A conjuntura hemisférica actual favorece a permanência do projecto cubano, seja qual for a forma que adopte face às novas circunstâncias e desafios. Oferece a Cuba novas possibilidades de manobra no cenário internacional.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

Cuba iniciou o século XXI sujeita a um importante reajuste do seu sistema político, devido à doença de Fidel Castro e à transferência constitucional dos seus poderes a Raúl Castro, que se encarregou de reafirmar que não reproduzirá exactamente a forma de dirigir e governar do seu predecessor. Ao mesmo tempo, tanto Raúl Castro como os líderes políticos, militares e económicos concordam com o consenso básico articulado e defendido por Fidel Castro: independência e soberania nacionais não só perante os Estados Unidos mas também perante outros actores internacionais; manutenção do sistema económico-social fundamentalmente socialista com uma forte defesa das conquistas sociais; estruturação de um governo próprio, participativo e democrático alheio aos vícios presentes em sistemas de outras latitudes; e uma economia diversificada e vinculada a diferentes parceiros comerciais e financeiros.

Existem poucas possibilidades de que surja, se desenvolva ou triunfe um projecto alternativo dos grupos de oposição, até agora estreitamente vinculados à política de «mudança de regime» encabeçada pelos Estados Unidos. Esta dependência do apoio externo torna

impossível que gozem em algum momento da legitimidade necessária face a uma sociedade que se sente sitiada pela agressiva política norte-americana. Este argumento é igualmente válido para a União Europeia se pretender adoptar políticas similares. A situação de Cuba não é de forma alguma similar à de Espanha ou de Portugal na década de 1970 ou à da Europa Oriental na de 1980.

Não obstante, existem reivindicações ainda por satisfazer na sociedade cubana. A primeira e mais importante está no plano económico-social e reside na necessidade de articular uma política económica que vá resolvendo a contradição entre a insuficiência do salário ou de outros rendimentos legais e a crescente procura de prosperidade pessoal e individual. Esta contradição tem gerado fenómenos bastante alargados de corrupção nas camadas intermédias e inferiores da sociedade. A liderança cubana tem identificado correctamente que esta é a principal fragilidade do projecto social. No entanto, não adoptou ainda uma política efectiva que garanta o que parece ser a principal reivindicação: manter as conquistas sociais do regime e garantir, ao mesmo tempo, os espaços necessários para a busca de prosperidade e de bem-estar pessoal, que não podem ser garantidos exclusivamente pelo Estado.

Mesmo assim, o modelo democrático participativo patriarcal que caracterizou o sistema cubano nos anos de Fidel Castro garantiu um consenso que, provavelmente, será irrepetível sem o seu principal dirigente. Passar desse modelo de governabilidade para um mais colectivo, como indicou Raúl Castro, significará inevitavelmente ampliar as margens da democracia tanto no interior do Partido como em toda a sociedade. Alguns sectores, como o intelectual e académico, são particularmente sensíveis a esta exigência. Logicamente, há sectores de liderança que vêem nestas exigências uma ameaça. Contudo, é muito provável que estas sejam materializadas de uma forma ou de outra. Em todo o caso, é maior o risco que implica continuar a adiá-las com o argumento de que não é o tempo nem o lugar.

Neste contexto, a chave para a actual evolução do sistema é a capacidade de Raúl Castro e da liderança cubana em rearticular o consenso nacional nesta nova situação, facilitando a transição para formas de Governo ainda mais colectivo. Os modelos de sucessão chinês e vietnamita podem ter sido bem sucedidos mas pressupõem uma política económica mais pragmática e eficaz em promover a prosperidade e o bem-estar de todos os sectores, eliminando até níveis aceitáveis o negativo fenómeno da corrupção. A existência de um povo instruído com amplo acesso à cultura, uma vitória do projecto revolucionário, ajudará a encontrar uma solução satisfatória para este dilema.

A conjuntura internacional favorece uma estratégia como a apontada. Antes de mais, a inserção de Cuba na economia mundial é hoje muito mais estimulante do que era em décadas precedentes. As relações com a China e a Venezuela, a possibilidade de exportar produtos não-tradicionais e serviços, foram factores que propiciaram o crescimento substancial do PIB nos últimos anos. Esta é uma premissa significativa para alcançar o progresso material de todos os sectores do país. Mas é também um incentivo.

A principal ameaça externa ao processo de sucessão está nos Estados Unidos e na sua política de «mudança de regime», sustentada no bloqueio económico e nas tentativas de subversão política através do apoio a grupos favoráveis à restauração do capitalismo. O Governo cubano nunca esteve em melhores condições para derrotar definitivamente esta política. Por outro lado, a mesma pode não ser sustentável num período posterior à Administração de George Bush.

A União Europeia faria bem em compreender as lições do fracasso norte-americano. A liderança cubana defenderá igualmente a sua independência e a sua soberania. Esta política tem o total apoio popular. Os interesses europeus em Cuba não estariam melhor protegidos com uma «mudança de regime», da qual os Estados Unidos e os seus aliados na ilha seriam os principais beneficiários.

A evolução política imediata de Cuba, nos próximos três ou quatro anos, será caracterizada pela continuidade com inevitáveis adaptações, propiciadas por uma liderança política provavelmente mais pragmática, que terá como objectivo primordial garantir a passagem a uma nova geração diferente da «liderança histórica» que fundou a nova nação. A questão central neste processo é garantir a estabilidade e a prosperidade do país e ampliar os espaços de participação num sistema que será essencialmente igual. Em consonância com as suas tradições e história, a liderança cubana avançará pelo caminho menos percorrido, rompendo esquemas. Julgá-lo por outro prisma seria um grave erro.

Este objectivo iria ao encontro dos interesses não só do povo cubano e dos seus líderes, mas também da maioria dos actores internacionais, incluindo o Governo dos Estados Unidos, apesar da sua política, e com a conhecida excepção da extrema direita cubano-americana, que trataria de materializar o velho refrão: «na água revolta, pesca o pescador».

TRADUÇÃO: INÉS DUARTE SOARES